



CÂMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
PROJETO DE LEI Nº /2024



Expediente para leitura

Em 12/06/24

PROJETO DE LEI Nº 39/2024.

“INSTITUI O (MAIO LARANJA) NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, COM O INTUITO DE FOMENTAR O COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Mangaratiba, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI

Art. 1º – Fica instituído no Município de Mangaratiba o “Maio Laranja”, a ocorrer, anualmente, no mês de maio, com o intuito de fomentar e incentivar o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. Fica incluído o “Maio Laranja”, no calendário oficial anual de eventos do Município de Mangaratiba, no mês de maio.

Art. 2º – Nas edificações públicas municipais, sempre que possível, será procedida a iluminação em laranja e a aplicação do símbolo da campanha ou sinalização, alusivo ao tema, durante todo o mês de maio.

Art. 3º – No mês do “Maio Laranja” poderão ser desenvolvidas ações, destinadas à população, com os seguintes objetivos:

I – Alertar e promover o debate sobre o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

II – Contribuir para ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes;

III – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de ações integradas, envolvendo a população, órgãos públicos, instituições públicas e privadas, visando ampliar o debate sobre o problema.

IV – Estimular, sob o ponto de vista social e educacional, a concretização de ações, programas e projetos na área da educação e prevenção.

Art. 4º – O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 07 de junho de 2024.

VEREADOR
HUGO GRAÇANO
Câmara Municipal de Mangaratiba

Tr. Ver. Vivaldo Eloy da Silva Passos, s/nº
Centro - Mangaratiba



JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem por objetivo principal instituir a Política Municipal de Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. Tal projeto se reveste da mais elevada relevância, uma vez que o seu principal objetivo é articular e perenizar as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A matéria prevê que, a partir dos objetivos mencionados, o Poder Executivo elabore um conjunto de metas e indicadores que serão os norteadores dessas políticas, no futuro próximo.

O avanço da tecnologia digital, especialmente no campo da geração de conteúdo sintético, apresenta desafios sem precedentes para a segurança e proteção de crianças e adolescentes na internet¹. O uso de cenas, áudios e materiais sintéticos provenientes de atividades de abuso sexual infanto-juvenil é uma questão emergente que requer uma atenção urgente. Este tipo de conteúdo, criado ou modificado por meio de inteligência artificial e outras tecnologias de manipulação digital, pode não apenas perpetuar os danos às vítimas originais, mas também facilitar a propagação de material abusivo sem a necessidade de novas vítimas diretas. A natureza evasiva e a facilidade de disseminação desses materiais tornam o combate a esse tipo de crime particularmente desafiador, destacando a necessidade de esforços conjuntos entre legisladores, empresas de tecnologia e organizações de proteção à infância. Diante dessa realidade, torna-se imperativo que a legislação evolua a fim de abordar, especificamente, as condutas relacionadas ao uso de conteúdo sintético ligado ao abuso sexual infanto-juvenil. A legislação atual, em muitos casos, não reflete as capacidades e os riscos associados às novas tecnologias, deixando lacunas que podem ser exploradas por indivíduos mal-intencionados.

Para dar conta do primeiro passo para esse enfrentamento, elencamos, sinteticamente, os seguintes objetivos para a Política Municipal de Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual:

- O aprimoramento do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; – a organização da rede de proteção às vítimas;
- O estabelecimento de políticas perenes de proteção e de assistência integral às vítimas;
- A articulação das ações governamentais e as da sociedade para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes;
- A produção de conhecimento no tema e a avaliação dos resultados das políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes;
- A garantia do atendimento em rede, e especializado, às crianças e aos adolescentes em situação de exploração sexual e às suas famílias.

Tais medidas colaboram para a articulação de um esforço nacional para o fortalecimento das ações de enfrentamento à vitimização de crianças e adolescentes, evitando o desnecessário detalhamento legislativo, o que promoverá a participação de muitos atores e a devida flexibilidade para adaptações futuras.